

# GOLPE MILITAR DE 64 E SUAS CONSEQÜÊNCIAS\*

Adão José PEIXOTO\*\*

No dia 31 de março do corrente ano completaram 31 anos que ocorreu o golpe de estado que levou os militares ao poder. Esse golpe foi resultado de um longo processo que começou a ser gestado quando Getúlio Vargas introduziu no Brasil o populismo, a política alicerçada no aliciamento das classes populares. Começou a ser articulado, a partir daí, todo um trabalho dos grupos que sentiam os seus interesses ameaçados, principalmente as multinacionais e seus associados, para combater esta prática política. A conseqüência da resistência destes grupos emergentes que buscam apoio no meio militar, em setores da burguesia nacional e nas classes médias, vai ser o golpe de 64, que leva os militares ao poder, com o objetivo de assegurar a consolidação de uma política já em curso: a internacionalização da economia brasileira.

## 1 - OS MILITARES E A POLÍTICA

Inicialmente quero ressaltar que a presença de militares na vida política brasileira não é recente. A frágil democracia brasileira tem sido historicamente perturbada pela intervenção militar. A história política brasileira tem sido, em grande parte, uma história de sucessivos golpes militares. A transição do regime imperial para o republicano acontece através de um golpe militar que coloca o Marechal Deodoro da Fonseca à frente do primeiro governo republicano, onde *"O povo, no dizer de um dos fundadores da*

---

(\*) Este artigo foi elaborado a partir do capítulo III "A sociedade brasileira pós 64 e as condições de trabalho, da Dissertação de Mestrado intitulado "ALIENAÇÃO E EDUCAÇÃO: A DIVISÃO DO TRABALHO COMO ALIENAÇÃO DA ATIVIDADE DOCENTE" - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto de Filosofia, 1991.

(\*\*) Professor do Departamento de Educação da FCT/UNESP - Presidente Prudente.

*República, assistira 'bestializado' ao golpe, e sem consciência alguma do que se passava"* (PRADO JR., 1983: 208). Em 1930, ocorre mais um golpe de Estado, liderado em grande parte por militares, o qual leva Getúlio Vargas ao poder. Em 1937, um novo golpe de Estado, com a participação efetiva de militares, tendo à frente Getúlio Vargas, chamado "Estado Novo" e garante a permanência de Vargas no poder. Em 1945, um novo golpe militar, desta vez para retirar Vargas do poder, colocando em seu lugar o Marechal Eurico Dutra. E, finalmente, em 1964, outro golpe militar que depõe João Goulart e institui um regime ditatorial que se prolonga até 1984. Conclui-se, com isso, que o nosso sistema republicano "democrático" tem sido uma verdadeira república da "espada".

## 2 - O POPULISMO E A INQUIETAÇÃO DAS ELITES

Vargas, ao tentar efetuar a passagem do governo autoritário e coercitivo, depois da implantação do Estado Novo, para uma forma populista de domínio e de articulação de interesses baseados na cooptação das classes trabalhadoras, provocou uma grande inquietação nas classes dominantes, pois, *"A estratégia de Getúlio Vargas foi vista com alarme pelas classes dominantes e com suspeita pelas classes médias, pois tal estratégia somente aumentaria o apelo carismático do próprio Getúlio Vargas junto às classes trabalhadoras e realçaria o seu papel no comando do Estado como intermediário político. A mobilização das classes trabalhadoras, apesar de limitada, era temida pelas classes dominantes, pois poderia dar a Getúlio Vargas o apoio necessário para o estabelecimento de um executivo relativamente independente. Tal executivo seria um anátema tanto para os industriais quanto para a oligarquia, e colocaria Getúlio Vargas acima do controle das Forças Armadas"* (DREIFUSS, 1981 :28).

O temor das elites era ainda maior porque a estratégia de Vargas apontava para um projeto nacionalista e estatizante da economia brasileira, e, *"Isso era precisamente o que os industriais e outros tentavam reprimir, pois eles estavam nesse momento procurando fortalecer suas ligações com interesses multinacionais na tentativa de conseguir capital e tecnologia"* (DREIFUSS, op. cit., 28). Antecipando a consolidações desta estratégia política e a formação do novo bloco de poder planejado por Vargas, os militares, apoiados *"... por um alinhamento que compreendia os industriais locais, a oligarquia, as classes médias e, finalmente, as empresas multinacionais que haviam renovado seu interesse pelo Brasil"* (DREIFUSS, op. cit., 28), o destituíram do poder.

Com o governo do Marechal Eurico Dutra, o sucessor de Vargas, as iniciativas privadas foram intensamente estimuladas; muitas das empresas estatais foram desativadas e foi incentivado o investimento do capital estrangeiro, inclusive em condições bastante estimulantes. E assim, o entusiasmo pelo nacionalismo sofre um grande refluxo.

Outro fato importante durante o governo de Eurico Dutra foi a criação da Escola Superior de Guerra e de uma Comissão integrando militares do Brasil e dos Estados Unidos para analisar a situação brasileira e “... esboçar um programa de desenvolvimento econômico para o país” (DREIFUSS, op. cit., 29); este fato vai ter grande influência na Política brasileira nos anos seguintes, sendo o principal articulador e o responsável pelo golpe militar de 64.

Em 1950, Getúlio Vargas volta novamente ao poder, só que desta vez através do voto direto. Sua plataforma de campanha retoma o caráter populista, tendo como principal bandeira o nacionalismo desenvolvimentista: defesa da indústria nacional, combate à inflação, crescimento econômico e a recuperação dos salários da classe operaria. Por ser esta plataforma muito completa, onde se tentava conciliar interesses muito antagônicos, interesses do capital e do trabalho e a oposição do capital estrangeiro e seus associados, fez com que esta prática política fosse marcada por várias contradições, o que contribuiu para que esta fase do governo Vargas fosse marcada por profundas crises. A polarização ideológica e política em torno de questões nacionalistas e trabalhistas acirrou o confronto com os interesses do capital estrangeiro e o movimento sindical, que não via seus interesses atendidos. Esta situação conturbada, aliada à pressão militar, forçou a demissão de João Goulart do Ministério de Trabalho e, em 1954, o suicídio de Getúlio Vargas, motivado, segundo o próprio Vargas, por não compactuar com uma “... conspiração antinacional de forças reacionárias apoiadas por interesses imperialistas” (DREIFUSS, op. cit., 33). Chegou um momento em que Vargas estava perdendo o apoio do próprio bloco que teoricamente o apoiava, o bloco industrial-trabalhista: os empresários nacionais, por temerem a excessiva presença do Estado na economia, se tornando um Estado empresarial; e os trabalhadores, por se sentirem traídos, já que seus interesses não eram, como foi acima enunciado, atendidos. Alia-se a isso a oposição dos militares e “Os interesses multinacionais que estavam reingressando na economia brasileira após sua retração durante a segunda guerra mundial” (ibid., p. 33). Essa conjunção de fatores desfavoráveis fez com que se diluisse o bloco político que dava sustentação ao governo, o que fez com que a situação se tornasse insustentável.

O governo seguinte, sob o comando de Café Filho, reestabeleceu uma política nitidamente voltada para os interesses do capital estrangeiro. Um exemplo disso foi a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) através da famosa Instrução 113, que desenvolveu uma política que visava facilitar os investimentos estrangeiros, *“permitindo que corporações multinacionais importassem equipamentos por um preço 45% abaixo das taxas e isentando-as da cobertura cambial necessária à importação de maquinário, benefício este não desfrutado por firmas brasileiras”* (ibid., p. 33).

O governo de Juscelino Kubitschek, através da implantação de uma política desenvolvimentista traduzida pelo chamado “Plano de Metas”, procurou incentivar o desenvolvimento da indústria nacional e dar continuidade à política populista, sem excluir a participação do capital estrangeiro. Para evitar a exclusão ou mesmo as restrições à penetração das empresas multinacionais, os grupos que representavam estes interesses criaram uma série de organismos, os chamados “Grupos Executivos”, que tinham participação na formulação das diretrizes políticas do governo. Isso, *“Na realidade significou incorporar ao sistema político e ao regime populista canais exclusivos de formulação de diretrizes políticas industriais que permitiriam a coexistência de capital local e multinacional (...). Torna-se necessário, então, que os interesses multinacionais e associados conseguissem o comando do Estado e a ocupação de postos burocráticos na administração”* (DREIFUSS, op. cit., 34-5). Com a presença destes grupos executivos, o capital estrangeiro passou a influenciar de tal forma as diretrizes políticas, que acabou determinando o processo de expansão capitalista. Segundo Dreifuss, *“Apesar da expressiva presença do Estado na economia, ele não ‘orientava’ a nova estrutura de produção. Pelo contrário, era o capital transnacional que, tendo penetrado os setores dinâmicos da economia, controlava o processo de expansão capitalista”* (op. cit., 36).

Várias modificações se processaram na estrutura da sociedade brasileira no final da década de cinquenta e no início da década de sessenta. A forte concentração populacional nos grandes centros urbanos, o aumento dos parques industriais e da classe operária, assim como a intensa mobilização sindical, estudantil e de outros setores da sociedade, principalmente os militares (cada qual com interesses diferentes), contribuíram para enfraquecer a estrutura de poder vigente. Estes setores organizados passaram a questionar a estrutura política mantida pela retórica nacionalista e sua postura demagógica em relação ao conflito capital-trabalho, bem como a relação capital nacional-capital estrangeiro.

Analisando esta situação em relação ao comportamento do Estado com o trabalho, ou seja, com a classe trabalhadora, conclui-se que o Estado populista se constitui num forte instrumento de desintegração das lutas populares, na medida em que, ao assumir uma postura paternalista e assistencialista, acabava neutralizando e co-optando as organizações que deveriam representar os interesses das classes trabalhadoras. É neste sentido que *“O populismo, com suas características clientelistas, cartoriais e paternalistas, serviu, por um breve período, para produzir ideologicamente e recriar politicamente a idéia de um Estado neutro e benevolente, mito que seria destruído em princípio da década de sessenta. Através do populismo, as classes dominantes visam também preservar a falta de diferenciação sócio-política que havia sido a característica dos regimes anteriores, em uma tentativa de abafar o aparecimento de organizações autônomas das classes trabalhadoras”* (DREIFUSS, op. cit., 36). Esse “mito” da neutralidade do Estado foi desmistificado com o acirramento dos conflitos desencadeados tanto pela classe trabalhadora quanto pelas multinacionais, que exigiam do Estado uma postura mais clara em relação aos interesses em jogo.

### 3 - O GOVERNO DE JOÃO GOULART, A CRISE E O GOLPE

Jânio Quadros, que se elegeu defendendo as bandeiras da política populista de seus antecessores, renunciou em seguida, pretendendo com isso, ser reconduzido ao governo com plenos poderes. No entanto, sua renúncia foi aceita. Assume a Presidência o vice, João Goulart. Por ser um dos herdeiros mais radicais da política nacionalista e do populismo, e por ter sido também ministro do governo de Getúlio Vargas, Goulart causou uma grande apreensão nas elites, principalmente nos representantes das multinacionais. Os opositores desta orientação política fizeram de tudo para impedir a posse de João Goulart. Este só assumiu a Presidência depois que foi imposto o regime parlamentarista, como uma forma de diminuir o poder do presidente, medida esta que foi derrubada em seguida através de plebiscito popular, o que contribuiu para acirrar ainda mais os conflitos. O bloco opositor, liderado pelas multinacionais e pelos militares, que já veiculavam idéias anti-populares e anti-populistas com uma concepção de desenvolvimento e modernização atrelada aos interesses do capital estrangeiro, desencadeou uma forte campanha de desestabilização do governo. Este bloco oposicionista, liderado pelos militares da ESG, conseguiu conquistar os industriais nacionais e vários segmentos da classe média, estabelecendo um certo consenso em relação à necessidade da derrubada do presidente. Com isso, o bloco

interessado na queda do governo teve respaldo para, através dos militares, aplicar o golpe de Estado, o que acabou acontecendo em 1964. Com este golpe, que levou os militares ao poder, *“Os interesses multinacionais e associados formaram, com a estrutura tecnocrática, uma série de anéis de poder burocrático-empresariais objetivando a articulação de seus próprios interesses”* (DREIFUSS, op. cit., 73).

#### 4 - O GOLPE MILITAR E A INTERNACIONALIZAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Desta forma, com o golpe de 64 é formado um novo bloco de poder liderado pelas multinacionais e associados, se constituindo na nova elite orgânica, que, através dos aparelhos de Estado e tendo à frente os militares, se torna o grupo hegemônico da sociedade brasileira. Assim, o capital estrangeiro conseguiu, através de seus aliados, o intento que há muito tempo perseguiu: o controle do aparelho estatal para implantar a internacionalização da economia brasileira e, por extensão, o capitalismo monopolista, sob a liderança dos grandes trustes internacionais.

O papel desempenhado pelo capital estrangeiro na economia brasileira não é um fato isolado; faz parte de um conjunto de iniciativas bem articuladas do capital no modo de produção capitalista, em que tudo é planejado para defender os seus interesses com vistas à sua acumulação. Os países do chamado “terceiro mundo” estão submetidos a esta situação devido à sua debilidade política e econômica, a mão-de-obra barata e abundante, assim como à matéria-prima disponível e um amplo mercado consumidor, campo fértil para a penetração do capital internacional. Como a preocupação do capital, e com a sua própria reprodução e acumulação, ele arranca dos países “periféricos” a riqueza, deixando para trás um rastro de pobreza, *“É assim que se conta a verdadeira história econômica moderna. O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é senão parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. O que conta nele são os braços que podem ser mobilizados para o trabalho, as potencialidades naturais que seu solo encerra, os consumidores potencial que nele existe e que, eventualmente, uma campanha publicitária bem dirigida pode captar”* (PRADO JR., op. cit., 279). Assim,

o capital rompe as fronteiras nacionais, internacionaliza as relações entre os povos e impõe as regras econômicas, políticas e culturais dos países ricos aos países “periféricos”. Isso é a transnacionalidade do capital, que tudo desintegra para novamente reintegrar num bloco orgânico que lhe dá sustentação para se tornar hegemônico. O golpe militar de 64 teve este caráter: a desintegração do bloco nacionalista e a articulação de um novo bloco sob a orientação das multinacionais e seus associados, muitos dos quais cooptados do bloco anterior.

O que ficou sob a influência do capital estrangeiro com o golpe de 64 não foi apenas a economia (a infra-estrutura, a base econômica e, portanto, material da sociedade) mas também o poder político (a superestrutura da sociedade, a base “espiritual”, as instituições formuladoras e formadoras de opiniões, que a partir de então passaram a veicular e a inculcar os valores as idéias, enfim, a ideologia do capital estrangeiro, muito bem refletida nos princípios defendidos pela Doutrina de Segurança Nacional), indiretamente através de seus aliados que assumiram o controle do Estado.

É bom ressaltar que a penetração e a dominação imperialistas através de vários mecanismos (sistemas financeiros internacionais empresas multinacionais, tecnologia estrangeira, etc.), não são uma simples imposição sobre os interesses dos grupos nacionais. Se assim fosse, seria quase impossível manter este domínio, já que a resistência dos grupos nacionais seria quase incontrolável. As relações entre as forças externas e internas formam um todo muito complexo. Para um grupo social transformar seus interesses em interesses hegemônicos não basta apenas a coerção; é necessária a cooptação de outros grupos para que estes passem a se identificar com os interesses do grupo em ascensão. Somente através do estabelecimento de um certo consenso entre os interesses que aparentemente são antagônicos, é que é possível um grupo tornar-se hegemônico. No caso do capital estrangeiro, que faz com que os seus interesses prevalescessem sobre os demais a partir de 64, não foi apenas devido à ação repressiva desencadeada pelo Estado, mas porque vários grupos locais passaram a se identificar, com estes interesses externos. Com isso, foi possível ao capital estrangeiro formar um bloco que convergia para estes interesses, o que possibilitou a estas forças externas e a seus aliados tornarem-se hegemônicos. É por isso que “... o sistema de dominação ressurge com uma força ‘interna’, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses estrangeiros, não especificamente porque sejam estrangeiros, mas porque podem ir ao

*encontro de valores e interesses que julgam tais grupos ser os seus próprios”* (CARDOSO, F. H. e FALLETO - apud ALVES, 1984: 21).

Os interesses imperialistas se consolidam através da implantação de uma intensa rede de dependência mútua entre os vários grupos envolvidos, o que faz com que se desenvolva, nos países periféricos, classes entreguistas e clientelísticas que se associam aos interesses externos com o intuito de se beneficiarem mutuamente.

A história econômica e social do Brasil tem sido uma história de dependências pois *“A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país”* (PRADO JR., op. cit., 270). Este caráter de dependência ficou muito mais nítido depois de 64, quando foi instituído um regime cujas diretrizes políticas, econômicas e sociais estavam voltadas para os interesses das forças imperialistas.

O golpe de 64 representou o esforço dos vários grupos locais e externos para assumir o comando do desenvolvimento brasileiro de forma a mantê-lo não apenas dependente, mas reforçar esta dependência.

Tudo o que se constituía em dificuldade para a ação do capital estrangeiro teria que ser eliminado. As políticas implantadas pelos governos populares, principalmente a de João Goulart estabelecia uma série de restrições aos investimentos estrangeiros, através de medidas tais como rígido controle das remessas de lucros, legislação antitruste, negociação para a nacionalização de grandes empresas estrangeiras, uma política de proteção à indústria nacional através de tarifas alfandegárias que protegessem o mercado para os produtos da indústria nacional, e concessão de subsídios, etc, foi o suficiente para desencadear a reação dos grandes grupos internacionais que se sentiram lesados. A reação destes grupos não demorou a aparecer, *“As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classes, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista”* (DREIFUSS, op. cit., 483). Foi desencadeada, a partir daí, toda uma política do terror, não só física, por intermédio, da repressão armada, mas também psicológica. As classes dominantes, através de um jogo ideológico, na tentativa de dissimular a realidade, desencadearam uma campanha que procurava associar o nacionalismo ao comunismo, objetivando, assim, conseguir o apoio das classes médias e dos industriais de tendência nacionalista.

## 5 - A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Todo esse movimento não foi arquitetado de forma improvisada, mas foi muito bem articulado, através de um longo processo que foi aos poucos ganhando espaço. Este projeto começou a ser gestado logo após a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949, inicialmente com a finalidade de treinar pessoas para que tivessem alta qualificação com o objetivo de assumir funções de “direção e planejamento” dentro da política de segurança nacional. Desde a sua fundação, a ESG contava com a assessoria de militares franceses e norte-americanos. Na medida em que essa assessoria foi se intensificando, foi ampliando também o seu papel, demonstrando uma clara influência dos estrategistas estrangeiros na formação da política de segurança nacional. Posteriormente, a ESG passou a desempenhar também o papel de elaborar um “*método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico*” (Apud ALVES, op. cit., 24). Com isso, as estratégias que passaram a ser formuladas pela ESG demonstravam uma grande influência da concepção de segurança dos militares franceses e, especialmente, dos norte-americanos. Um exemplo disso é o conceito de segurança externa, entendido não como defesa das fronteiras nacionais, mas como simples combate ao expansionismo do comunismo. O único inimigo para esta concepção era o bloco comunista. É interessante observar que a ESG se diferenciava em vários pontos das suas matrizes. A concepção de segurança nacional não se restringia às questões externas, mas se estendia à segurança interna. E a ameaça à segurança interna era também o comunismo via ataque indireto, através de atos revolucionários, por parte dos defensores desta concepção política. Assim, a teoria do “ataque indireto” por parte da União Soviética, e o perigo de guerra “*subversiva ou revolucionária deveriam receber cuidados especiais*” (Apud ALVES, op. cit., 24). Outro fator que diferenciava a ESG dos demais, modelos era que ela abrigava em seus quadros não apenas militares, mas também civis das classes altas, além de convidados como professores, conferencistas e alunos (cf. ALVES, op. cit., 24). Isso demonstra que estas forças sociais, apoiadas pelas multinacionais, já preparavam há muito tempo os seus quadros para ocupar o poder. Tal fato se evidenciou logo após o golpe, com os graduados da ESG ocupando os principais cargos do governo que acabara de se instalar. “*Entre os principais civis em atividade na ESG antes do golpe estavam Octávio Gouvea de Bilhões, Roberto de Oliveira Campos, Mário Henrique Simonsen e Delfim Neto. Todos eles ocupariam cargos de ministros de Estado*” (ALVES, op. cit., p. 25).

Através de instituições civis de “fachada”, como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), os militares e os civis, engajados no projeto de internacionalização da economia brasileira, elaboraram planos e só traçaram diretrizes e estratégias políticas de desestabilização dos governos “indesejáveis”, incompatíveis com a política entreguista e, portanto, neo-colonial que estes grupos defendiam. Com estas iniciativas, *“o complexo ESG/IPES/IBAD tornou-se uma verdadeira e eficiente burocracia paralela para o planejamento de um novo Estado”* (ALVES, op. cit., 25).

Muitas das propostas elaboradas na ESG acabaram se transformando em leis, no final da década de 50 e início dos anos 60. Dentre estas propostas está a Lei de Fidelidade Partidária, incorporada à legislação pelo Ato Institucional nº 2, de 1965.

As atividades do IBAD e do IPES não se resumiam ao delineamento de diretrizes políticas; juntamente com a ESG, estes organismos implantaram uma verdadeira rede de espionagem, cujo objetivo era obter informações que seriam imprescindíveis para neutralizar e até mesmo eliminar as forças potencialmente resistentes a um golpe militar e a imposição de uma política econômica entregue aos ditames do capital estrangeiro. Os agentes de informação, coordenados pelo complexo ESG/IBAD/IPES, se infiltravam secretamente nos meios sindicais, estudantis, universitários, religiosos, etc, e, a partir daí, elaboravam dossiês detalhados sobre a atuação destes grupos. Este trabalho tinha o General Golbery do Couto e Silva como um dos seus coordenadores. Vai ser o general Golbery o mentor do Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pelo Decreto-Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964 com a finalidade de “coletar” informações que fossem importantes para “preservar” a Segurança Nacional, identificando os possíveis subversivos internos.

Todo o projeto político, econômico e social traçado pelo complexo ESG/IBAD/IPES procurava facilitar o desenvolvimento do capitalismo associado-dependente. Neste projeto, “Segurança e Desenvolvimento” estão intimamente relacionados. A Doutrina de Segurança Nacional, esboçada por estes organismos, passa a se constituir num instrumento ideológico de justificação de um sistema de controle e de repressão para assegurar o êxito de tal política.

Segundo Maria H. M. Alves (1984: 26), a Doutrina de Segurança Nacional *“... constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria da guerra, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de*

*desenvolvimento econômico associado-dependente*". Fica claro que a preocupação essencial era integrar o Brasil ao Bloco Capitalista desenvolvido. Para tanto, segundo esta visão era necessário se precaver contra as "forças" que se constituíram em obstáculo à execução deste projeto. Estas forças ameaçadoras são as que agem em nome do comunismo e estão presentes tanto interna como externamente, o que demonstra a necessidade de municiar o Estado de condições de autodefesa. O inimigo externo era, assim, identificado como sendo os países defensores de uma economia baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Esta teoria revela uma nítida alusão à onda da guerra fria entre o bloco capitalista e o socialista, desencadeada depois da segunda guerra mundial, em que a União Soviética ampliou consideravelmente o seu domínio, o que "... arrasta o Estado brasileiro a uma aliança tácita e efetiva no chamado Bloco Ocidental, participando de alianças que garantam a segurança e defesa dos valores do mundo ocidental e cristão, cuja semântica aponta, na sua interpretação mais fiel, para os valores do mundo capitalista ocidental" (RODRIGUES, 1987: 51). Segundo esta concepção, a ameaça da expansão comunista não era apenas externa, mas se fazia presente também internamente, já que o comunismo infiltrava, nos países capitalistas, elementos agitadores, conspiradores e subversivos para desestabilizar a ordem social e criar um clima de revolta popular, facilitando, assim, a penetração das idéias comunistas e a tentativa destes grupos em assumir o poder em nome do comunismo. É neste sentido que, internamente. *"O inimigo é o mesmo, isto é, todas as forças capazes de colocar em risco a 'paz social', identificada como resultante de uma ordem interna coesa em torno dos interesses maiores dos valores 'ocidentais e cristãos', isto é, interesses igualmente traduzíveis pelos parâmetros do capital"* (RODRIGUES, 1987: 51).

Na visão dos estrategistas do complexo ESG/IPES/IBAD, era necessário combater os dois inimigos. No entanto, o mais urgente era o combate aos inimigos internos, que representavam a ameaça mais direta. Esta teoria do inimigo 'interno' permite ao governo criar dois tipos de estruturas defensivas: *"O Estado deve criar um Aparato Repressivo e de controle armado capaz de impor sua vontade e, se necessário, coagir a população. Depois, ele montará uma formidável rede de informações políticas para detectar os 'inimigos', aqueles setores da oposição que possam estar infiltrados pela ação comunista 'indireta'"* (ALVES, op. cit., 41) (grifo meu).

Ao integrar a Segurança Interna no quadro da segurança nacional, *"tendo como campo de ação os antagonismos e pressões que se*

*manifestam no âmbito interno*” (Manual Básico da ESG, Apud ALVES, op. cit., 40), sem considerar as suas origens, entendendo simplesmente que estes “antagonismos e pressões” integram necessariamente as forças conspiratórias, a doutrina de Segurança Nacional procura justificar a criação de um Estado autoritário, centralizador e repressivo, cuja missão é, principalmente, neutralizar e superar as ameaças internas e criar condições para garantir a integração do Brasil ao Bloco Capitalista Ocidental. E o caminho para se conseguir isto era através da facilitação da penetração do capital estrangeiro na economia brasileira.

No entanto, só era possível manter esta política entreguista camuflada pela Ideologia de Segurança Nacional através de um pretexto para ocultar a verdadeira intenção. Como pretexto foi adotada a onda anticomunista em voga nos países ocidentais. Para uma ação de enfrentamento dos “perigos” internos e externos, de uma forma mais coesa e eficiente, foi elaborado um plano que um dos maiores estrategistas da Doutrina de Segurança Nacional, o general Golbery do Couto e Silva, chamou de a “Grande Estratégia” ou “Estratégia Geral” (cf. ALVES, op. cit., 41). Este tinha a finalidade de coordenar *“todas as atividades políticas, econômicas, psicossociais e militares que visam concorrentemente à execução dos objetivos nos quais se consubstanciam as aspirações nacionais de unidade, de segurança e de prosperidade crescente. A essa estratégia se subordinam, pois, tanto a Estratégia Militar como a Estratégia Econômica, a Estratégia Política e uma Estratégia Psicossocial”* (ibid., p. 41).

A aplicabilidade desta “Grande Estratégia” requeria um Estado com plenos poderes para intervir na infra-estrutura da sociedade, regulando o mercado de forma a preservar os interesses do capital estrangeiro, e na superestrutura, criando um corpo teórico que justificasse esta ação e que deveria ser assumido por todas as instituições. Além disso, o Estado, com a colaboração de organismos internacionais, assume a tarefa de garantir todos os recursos necessários para a ação dos organismos de espionagem e de repressão.

Os mentores desta política tinham plena consciência do Estado autoritário e absolutista que estavam gestando, tanto que o general Golbery, ao se referir à Doutrina de Segurança Nacional, dizia que ela tendia a criar um Estado que ele denominava de *“O Estado Universal (...), o Leviatã supremo, senhor absoluto e o incontestável da Terra e do espírito humano”* (Apud ALVES, op. cit., 27).

Através da proteção do Estado, como “razão da história” (cf. RODRIGUES, 1987: 70), que tudo decide de forma absoluta, o modelo

econômico brasileiro após 64 tornou-se ainda mais discriminador: aumentou a concentração de renda, ampliou os bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos e acentuou ainda mais o arrocho salarial. Como os “antagonismos e pressões” sociais se constituíram numa anormalidade que a “Grande Estratégia”, através de uma série de mecanismos, deveria corrigir para preservar a “paz social”, não poderia haver, neste regime ditatorial, lugar para as manifestações políticas. Assim, toda oposição deveria ser eliminada, pois um Estado absoluto não admite a manifestação dos contrários. É fácil concluir que neste contexto não poderia haver espaço para a sociedade civil organizada. Os sindicatos, movimentos estudantis, associações, partidos políticos, etc, instrumentos de expressão da vontade popular, foram silenciados, ou o máximo que poderiam fazer era se restringir às atividades meramente assistencialistas. Portanto, este quadro revela que *“Não há lugar para o político, na medida em que não há possibilidade da expressão das contradições. Não há lugar para a inversão de competências, logo, na Universidade, não se faz política, não se questiona o modelo, não se discute a justeza das decisões. Igualmente não é lugar para expressar reivindicações inadequadas, como as ligadas ao salário. Questões de salário não são questões políticas, e sim questões técnicas, ligadas à relação produtividade/acumulação. Logo, sua decisão é igualmente técnica. Está a nível do planejamento. Logo, o sindicato deve cuidar das questões próprias ao interesse pessoal, humano dos seus membros; promover reuniões sociais, festivas, lazer, promoções culturais, etc.”* (RODRIGUES, 1987: 70-1).

Depreende-se, pelo que já foi exposto, que o modelo econômico do regime autoritário buscava: 1) impor um modelo de desenvolvimento capitalista, baseado na dependência do capital estrangeiro; 2) aliar segurança Interna ao Desenvolvimento Econômico, o que resulta na necessidade do Estado impor uma política de controle sobre toda a sociedade, para evitar as manifestações contrárias a estas diretrizes e garantir um clima de “tranqüilidade” para os investimentos estrangeiros; 3) implantar políticas públicas como: infra-estrutura adequada para instalação de indústrias, incentivos fiscais, créditos especiais para empresários, melhoria dos transportes, investimentos na área energética, etc, para, evidentemente, atrair o capital estrangeiro; e 4) impor uma política de achatamento dos salários e criar mecanismos para evitar a revolta, enfim, o modelo econômico buscava criar condições favoráveis à acumulação de renda, impondo à classe trabalhadora os sacrifícios que esta política acarretava e garantir, por outro lado, o monopólio das empresas multinacionais na economia brasileira.

## 6 - RESPALDO “LEGAL”: A POLÍTICA DO TERROR

As constantes mudanças efetuadas na legislação brasileira depois do golpe de 64 (os Atos Institucionais - AI-1, AI-2, AI-3, AI-4, AI-5, os Atos Complementares, e outros), visavam adequar a constituição à realidade do Estado autoritário, criando, assim, um respaldo “legal” para efetuar as transformações necessárias ao modelo de desenvolvimento econômico dependente. Com estas iniciativas se instituiu um Estado centralizador, autoritário e se legalizam todos os aparatos coercitivos, eliminando-se as liberdades individuais.

A Ato Institucional nº 1 (AI-1), define, entre outras coisas, que a autoridade é “*decorrente não do povo, mas do exercício de fato do poder*” (Apud ALVES, op. cit., 56); centraliza todas as decisões no poder executivo, se sobrepondo ao poder Legislativo e Judiciário, tanto que “*É o Poder Executivo que ‘resolve’ manter a Constituição e o Congresso Nacional*” (Ibid., p. 56); criou o “Decurso de Prazo”, que considerava aprovados os projetos do Executivo se estes não fossem apreciados pelo Congresso num prazo de 30 dias; suspendia garantias de imunidade parlamentar, outorgando ao poder executivo o direito de cassar mandatos de políticos indesejáveis ao regime; estabelecia que inquéritos e processos seriam instalados “*visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de Atos de Guerra revolucionária*” (Apud ALVES” op. cit., 56), que ficariam sob a responsabilidade dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) que foram instalados em todos os órgãos do governo, para descobrir elementos comprometidos com a subversão. Com estas normas, o AI-1 criou as condições necessárias para a implantação da “Grande Estratégia” da Doutrina de Segurança Nacional.

A ação dos Inquéritos Policial-Militares (IPMs) nos órgãos oficiais que ficou conhecida como “operação limpeza”, se baseava, na maioria das vezes, em simples “*testemunho da opinião pública*” (ALVES, op. cit., 57), sem qualquer fundamentação jurídica. Esta prática acabou sendo um grande instrumento para os políticos ligados ao regime para eliminar os seus concorrentes. “*Os IPMs vieram também servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN, que freqüentemente perdiam eleições, passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades ‘subversivas’, envolvendo-os em algum IPM para eliminar a concorrência indesejada*” (ALVES, op. cit., 57).

Não demorou para esta “operação limpeza” ser também estendida à população com o uso da força. Exército, Marinha, Aeronáutica eram mobilizados para localizar e “varrer” todos os suspeitos de atividades subversivas; eram as operações “arrastão” e “pente fino”, *“Ruas inteiras eram bloqueadas e cada casa era submetida à busca para detenção de pessoas cujos nomes constavam de listas previamente preparadas (...); permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar sua inocência ou apresentar documentos de identificação”* (ALVES, op. cit., 57).

A “operação limpeza” provocou uma verdadeira devassa: no poder judiciário, 49 juizes foram “expurgados”; no poder executivo, prefeitos e governadores foram cassados; no poder legislativo, as cassações provocaram uma sensível baixa na bancada oposicionista e um considerável aumento e fortalecimento da bancada pró-governo. As cassações se estenderam também às Forças Armadas, atingindo principalmente os militares que estiveram ligados aos governos anteriores; as universidades, quando invadidas, tinham seus reitores depostos e substituídos por interventores, que na maioria das vezes eram militares, e os professores cassados; a UNE foi o alvo preferido dos militares devido à sua ampla mobilização e influência política, o que resultou na sua extinção e na sua substituição pelo Diretório Nacional dos Estudantes, criado e controlado pelo Ministério da Educação; a “operação limpeza” também intervém nos sindicatos trabalhistas, depondo os seus dirigentes e aplicando, de forma rigorosa, as normas de controle da Consolidação das Leis do Trabalho, às quais os sindicatos estavam submetidos; estas eram heranças do Estado Novo; heranças que autorizavam a intervenção do Ministério nos sindicatos. Os sindicatos rurais, coordenados pelas Ligas Camponesas, que eram associações independentes que lutavam pela reforma agrária e por outros direitos dos trabalhadores rurais, foram totalmente desmantelados e seus líderes presos e acusados de atividades subversivas. A repressão ao movimento sindical foi tão grande que praticamente desestruturou todas as organizações sindicais e silenciou por um bom período as vozes dos trabalhadores, tanto que *“Durante o primeiro ano do Estado de Segurança Nacional, a ‘operação limpeza’ afastou membros de 452 sindicatos, 43 federações e três confederações”* (ALVES op. cit., 70). As arbitrariedades não pararam aí, imprensa, músicas, filmes e peças teatrais foram censuradas. Segundo o jornal Folha de São Paulo, *“A publicação inglesa ‘Index On Censorship’ editada por uma organização independente que denuncia casos de violação à liberdade intelectual, estimou em 47 filmes, 117 peças teatrais, 400 livros e 840 músicas o número de obras censuradas entre março de 1979”* (27/03/94, Especial B, p. 10).

A ação do aparato repressivo não se limitava apenas à censura, a cassação e à prisão das principais lideranças dos vários segmentos da sociedade civil, mas submetia os presos à torturas ou simplesmente os fazia desaparecer<sup>1</sup>.

A contradição entre o programa defendido pelas forças conspiradoras quando da tentativa de cooptação dos outros setores da sociedade e a aplicação das diretrizes da política da Doutrina de Segurança Nacional, que negava totalmente o programa que anteriormente havia defendido, fez com que vários setores da sociedade, que haviam apoiado o golpe, passassem para a oposição. As forças golpistas haviam anteriormente conseguido um certo consentimento da sociedade, formando com ela uma aliança em torno do interesse pela “normalidade” social, que foi rompida logo após a decretação do Ato Institucional nº 1. Nos anos subsequentes à decretação do AI-1, a oposição foi se acirrando de tal forma que o regime autoritário passou a conviver com constantes crises. As sucessivas mudanças na legislação (AI-2, AI-3, AI-4, AI-5)<sup>2</sup>, tornam o Estado mais autoritário e centralizador, o que evidenciava a fragilidade do governo ditatorial.

Com estas modificações na legislação, o Estado, ao assumir um caráter absolutista, se transforma na “razão da história”, *“O Estado é o ser da razão, capaz de, com sua visão de totalidade, com sua capacidade onipresente, com a racionalidade absoluta de sua ação, assumir todos os problemas e abarcar todas as soluções (...) sua vontade tem de ser analisada como vontade de todos. Sua segurança é a segurança de todos. Sua razão é a razão de todos”* (RODRIGUES, 1987: 70).

## 7 - A CLANDESTINIDADE E A LUTA ARMADA

Diante desta “razão da história”, ou “Leviatã”, que tudo controla e reprime, muitos setores da oposição, no final da década de 60 e início da década de 70, não vendo outra saída para combater este “Demiurgo”, acabam optando pela luta armada. Por isso, muitos assumiram a clandestinidade e empunharam armas, formando inúmeros grupos armados, como: Aliança Libertadora Nacional (ALN), Ação populista Marxista-Leninista (APHL),

(1) Uma análise detalhada das práticas de tortura e o desaparecimento de presos políticos durante o regime militar encontra-se no livro “Brasil: Nunca mais”, publicado pela Editora Vozes.

(2) Para maiores informações sobre o conteúdo destes Atos Institucionais e suas conseqüências para o conjunto da sociedade brasileira, conferir as obras já citadas de René Dreifuss e Maria Helena Moreira Alves.

Comando de Libertação Nacional (COLINA), Organização Revolucionária Marxista Político-Operatória (POLOP), Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) e outros.

## 8 - A POLÍTICA DE “DISTENÇÃO” E DE “ABERTURA”

Quanto mais recrudescia a repressão, mais aumentava o movimento oposicionista. Os vários setores da sociedade lutavam pelo fim da ditadura, formando um bloco de resistência composto por sindicatos, movimentos estudantis, a oposição partidária agrupada no MDB (único partido de oposição permitido pelo regime), Igreja, OAB, etc. Este movimento foi aos poucos minando o poder dos militares que foram obrigados, a partir de 1974, com o governo do General Ernesto Geisel, através da política de “distensão” (a abertura lenta e gradual), a iniciar o processo de redemocratização da sociedade brasileira.

É bom ressaltar que esta política liberalizante e assumida pelo Estado a partir do projeto de política de “distensão” do governo Geisel, se deveu não só às pressões dos setores organizados da sociedade, mas também como uma necessidade para que o Estado pudesse recompor o seu poder que estava sendo minado pela oposição e, assim, preservar os interesses dos grupos que representava. A própria composição dos setores dominantes que controlavam o Estado também passa por uma mudança. Agora são integrados ao comando do Estado setores da burguesia que antes se encontravam aliçados do poder. No entanto, o comando da transição permanece sob o controle dos grupos hegemônicos. Há um vínculo de continuidade entre a “política de distensão” de Geisel e a “política de abertura” de Figueiredo, assim como há um vínculo de continuidade entre a “política de abertura” e as perspectivas de transição” com a derrota das diretas e a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral. É a preocupação das elites em ter o controle da transição e, em última instância, do tipo de democracia que se imaginava possível para o país (cf. WEFFORT, 1986).

O cenário político brasileiro começou também a mudar com o surgimento de novas lideranças políticas e sindicais que desafiavam a ditadura militar e exigiam a aceleração do processo de abertura. Com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978 e 1979, surge o sindicalismo combativo, liderado pelo operário Luis Inácio Lula da Silva. Esse tipo de sindicalismo viria, posteriormente, ocupar importantes espaços até então dominados pelo sindicalismo atrelado ao governo. Esta nova prática sindical

foi ampliada, estruturando-se nacionalmente com a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), que passou a congregare e a orientar os sindicatos combativos.

O processo de redemocratização em curso se mostrava irreversível. Em 1979, o Executivo foi forçado a promulgar a Lei de Anistia e a Lei de Reforma Partidária, acabando com o bipartidarismo. Com isso, surgem novos partidos, Partidos dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre outros. Entrávamos, assim, num processo de reconstrução da democracia e da cidadania brasileira, que durante estes anos sombrios de ditadura foram completamente destruídas.

Concluindo, podemos dizer que a política do “Desenvolvimento com Segurança” das Estratégias do Estado de Segurança Nacional, para resguardar os interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro, impôs uma relação extremamente desigual entre capital e trabalho, os baixos salários, o desmantelamento dos sindicatos e a perseguição política durante o regime militar, são conseqüências desta relação desigual. O desemprego, a falta de perspectivas, a concentração de renda e o arrocho salarial em que os trabalhadores, hoje, estão submetidos, são as heranças deste período sombrio da história brasileira.

Quanto à ESG, esta continua a preparar militares e civis para as funções de direção e planejamento daquilo que sua doutrina estabelece como “desenvolvimento e segurança nacional”. A doutrina da escola não é cultivada apenas durante o período de formação regular, ela é perpetuada através da Associação dos Diplomados da ESG (Adesg) que tem como uma de suas funções ministrar cursos para oficiais e executivos. Outro fator importante é que, enquanto a ESG tem como função preparar assessores para o governo federal, a Adesg se incumbem de preparar e oferecer assessoria para governadores e prefeitos das capitais. O curso de “Altos Estudos” de política e Estratégia, um dos principais cursos da ESG, é destinado a formar exclusivamente assessores governamentais. Dos cem alunos matriculados em 1991, 70% são civis (cf. Jornal Folha de São Paulo, c. 1, p. 12, 25/07/91).

O dado mais importante é que, parece que a doutrina da ESG, que era assentada no binômio “segurança e desenvolvimento”, está sendo modificada. Segundo reportagem do jornal de São Paulo, *“Em 1985, o tema justiça social, antes presente na ESG de forma apenas subsidiárias, foi incorporado ao manual da escola como um dos fundamentos de sua doutrina”* (cf. Jornal Folha de São Paulo, c. 1, p. 12, 27/07/91). O próprio desembargador Antonio Arruda um dos conselheiros da ESG, declarou em entrevista. que *“a justiça social não apenas complementa a paz social e a*

*democracia, mas adquire conteúdo autônomo integrando-se à segurança e ao desenvolvimento”* (ibid, p. 12). Parece que depois da perseguição e o combate à suposta influência comunista no Brasil terem se esgotado, a ESG inclina-se a eleger a justiça social como a nova doutrina da escola.

## **BIBLIOGRAFIA CITADA**

1. ALVES, Maria H. Moreira. Estado e oposição no Brasil 1964-1984). Petrópolis, 1981.
2. DREIFUSS, René Arnoud. 1964: a conquista do Estado-ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: 1981.
3. Jornal “Folha de São Paulo”, c. 1, 25/07/91.
4. Cad. Especial B, 27103194.
5. PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1983.
6. RODRIGUES, Neidson. Estado, educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1987.
7. WEFORT, Francisco. Por que democracia? São Paulo: Brasiliense, 1986.